GREVE DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - 2010

CONSIDERANDO:

A paralisação dos serviços em razão de greve ocorrida entre os dias 06 de maio e 17 de junho de 2010 (30 dias úteis);

O retorno dos servidores às atividades regulares em 18 de junho de 2010;

O contido nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos Mandados de Injunção nºs 670-9, 708-0, e 712-8;

O art. 7º da Lei nº 7.783/89, que faculta a celebração de acordo para disciplinar as relações obrigacionais relativas ao período de greve;

A necessidade de se estabelecer a forma de reposição dos períodos de paralisação;

A existência de servidores que aderiram à greve de forma parcial;

A Administração do Tribunal, consultada a Exma. Juíza-Corregedora, apresenta sua proposta para resolução das pendências resultantes da greve, nos seguintes termos:

- a) os dias ou horas parados, conforme o caso, serão compensados até 19-12-2010, pela reposição de horário de serviço, até o limite de 2 (duas) horas diárias;

- b) podem ser utilizados, para compensação, o saldo existente em favor dos servidores no banco de horas instituído pela Portaria PRESI nº 977/2007, bem como as folgas compensatórias devidamente registradas e não gozadas – cada dia de folga compensatória equivalerá a 7 (sete) horas de trabalho, ressalvados os casos em que os servidores estejam sujeitos a jornada de trabalho especial ou diferenciada, que deve ser utilizada para que se delimitem os parâmetros quantitativos da compensação;
- c) o desconto dos períodos de paralisação ficará sobrestado até a compensação das horas, na forma deste Termo de Compromisso.

Florianópolis, 29 de junho de 2010.

GILMAR CAVALIERI
Juiz-Presidente

GERSON PAULO TABOADA CONRADO
Juiz Vice-Presidente